

NOTAS E REFLEXÕES

ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DAS LINHAS ORIENTADORAS PARA ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ESTADOS-MEMBROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

MARIA HENRIQUETA RAYMUNDO

henriquetasss@gmail.com

Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC (Brasil). Mestra em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora da ANPPEA - Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental e do MonitoraEA - Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental. Pesquisadora-colaboradora do LADIS - Laboratório de Análises e Desenvolvimento de Indicadores para Sustentabilidade do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Representante do Brasil no Conselho de Coordenação da RedeLuso.

PEDRO MARTINS

pedro.martins@aspea.org

Doutorando em Equidade e Inovação em Educação (Universidade de Santiago de Compostela). Mestre em Educação pelo Instituto Politécnico do Porto. Mestre em Ecologia Aplicada pela Universidade do Porto, em colaboração com a Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) e o Istituto Zooprofilattico Sperimentale della Lombardia e Dell'Emilia Romagna (Itália). Licenciado em Biologia pela Universidade do Porto (Portugal). Professor no ensino superior e no ensino secundário (Portugal). Investigador do inED – Centro de Investigação e Inovação em Educação (Instituto Politécnico do Porto). Autor de manuais escolares e livros técnicos para professores (AREAL Editores). Ministrou formação de adultos na área da Educação Ambiental e foi diretor escolar. É Secretário-Geral da Associação Portuguesa de Educação Ambiental e Representante de Portugal no Conselho de Coordenação da RedeLuso.

JOANA DINIZ

joanadiniz1997@gmail.com

Mestre em Antropologia Social pelo ISCTE-IUL, e com licenciatura em Antropologia pela Universidade de Coimbra. Colaboradora da Associação Portuguesa de Educação Ambiental (Portugal) e gestora de projetos. Colaboradora na Redeluso.

CLARA JUSTINO

cjustino@cplp.org

Pós-Graduada em Regeneração Urbana e Ambiental pelo Instituto Superior Técnico (Lisboa). Licenciada em Engenharia Ambiental pela Universidade Nova de Lisboa. Presentemente trabalha na Direção de Cooperação do Secretariado Executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP, Portugal).



Resumo:

As políticas públicas de Educação Ambiental constituem um instrumento importante para fazer face aos desafios ambientais atuais. Respondendo a um desafio dos Ministros do Ambiente da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, no sentido do desenvolvimento de Estratégias Nacionais de Educação Ambiental nos diversos Estados-Membros, a Rede de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galiza constituiu um grupo de trabalho para elaborar um documento com as Linhas Orientadoras para o apoio à Elaboração, Implementação, Avaliação e Revisão de Estratégias Nacionais de Educação Ambiental. A elaboração do documento foi precedida de um levantamento das estratégias e políticas de Educação Ambiental já elaboradas e implementadas em cada um dos países, bem como de outras políticas relevantes e programas relacionados. O processo de criação do documento desenrolou-se ao longo de catorze meses e culminou com a apresentação do mesmo em reunião de Ministros do Ambiente da CPLP, tendo contribuído para incentivar o desenvolvimento de políticas públicas que reforcem a elaboração, implementação e/ou prorrogação de Estratégias Nacionais de Educação Ambiental.

Palavras-chave

Estratégia Nacional de Educação Ambiental, Políticas Públicas, CPLP.

Abstract

Public Environmental Education policies constitute an important instrument to face current environmental challenges. Responding to a challenge from the Ministers of the Environment of the Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP), towards the development of National Environmental Education Strategies in the various Member States, the Environmental Education Network of the Lusophone Countries and Galicia set up a working group to prepare a document with the Guidelines to support the Preparation, Implementation, Evaluation and Review of National Environmental Education Strategies. The preparation of the document was preceded by a survey of Environmental Education strategies and policies already developed and implemented in each of the countries, as well as other relevant policies and related programs. The process of creating the document took place over fourteen months and culminated in its presentation at a meeting of CPLP Ministers of the Environment, having contributed to encouraging the development of public policies that reinforce the elaboration, implementation and/or extension of National Environmental Education Strategies.

Keywords

National Environmental Education Strategies, Public Policies, CPLP.



ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DAS LINHAS ORIENTADORAS PARA ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ESTADOS-MEMBROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

MARIA HENRIQUETA RAYMUNDO

PEDRO MARTINS

JOANA DINIZ

CLARA JUSTINO

Introdução

Os últimos relatórios apresentados pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU) alertam sobre os limites do Planeta, o qual vem passando por alterações drásticas a nível climático, as quais estão a afetar a biodiversidade e as populações humanas a nível global, sendo por isso necessário atuar urgentemente para criar capacidade adaptativa nos diversos territórios. Neste sentido, as políticas públicas de Educação Ambiental (EA) representam um dos caminhos fundamentais para o aumento dessa capacidade.

Em meados de 2022, o Conselho da União Europeia destacou a EA ao colocá-la no centro da transição para sociedades sustentáveis a partir da recomendação denominada *Learning for environmental sustainability* (European Commission, 2022). Da mesma forma, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU trazem nas suas metas e indicadores a necessidade de ampliar a consciência ambiental e a capacidade humana sobre a mudança do clima, o que nos direciona novamente para a EA em contexto local e global (United Nations, 2015).

Reconhecendo-se a importância da atuação em redes e da governança democrática no ciclo das políticas públicas socioambientais de âmbito local, nacional e internacional que possam contribuir para a legitimação e efetividade dos processos políticos, foi criada em 2005 a Rede de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galiza (*RedeLuso*).

Trata-se de uma articulação permanente da comunidade lusófona que atua no campo da EA, promovendo a cooperação internacional, ampliando a capacidade institucional da diversidade de atores da rede, propiciando a visibilidade da produção científica em língua portuguesa, bem como fortalecendo as ações, projetos e políticas públicas de EA realizadas nestes países e territórios para colaborar no combate às crises ambiental e climática.



A *RedeLuso* é reconhecida e apoiada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organização intergovernamental fundada em 1996, que tem como principal objetivo fortalecer a cooperação económica, política e diplomática dos seus nove Estados-Membros permanentes: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Os Estados-Membros da CPLP partilham uma herança histórica, um idioma comum e uma visão comum de desenvolvimento, constituindo-se num rico e diverso património.

Os Congressos Internacionais de Educação Ambiental, organizados pela *RedeLuso*, vêm sendo, desde 2007, os fóruns por excelência desta partilha. E foi assim que, em 2021, durante o VI Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza, realizado em Cabo Verde, se materializou a vontade expressa pelos Ministros do Ambiente da CPLP (*Redeluso*, 2021), na Declaração final da VIII Reunião dos Ministros do Ambiente da CPLP (CPLP, 2020):

(...) Reafirmando, ainda, a importância da Educação Ambiental, enquanto elemento essencial de transmissão de conhecimento e princípios de sustentabilidade, de construção da resiliência social e de salvaguarda do bem comum e, tomando boa nota do contributo dos Congressos de Educação Ambiental dos Países de Língua Portuguesa e Galiza na construção de espaços para um diálogo e construção de pensamento Comunitário para a salvaguarda do ambiente (...) Decidem: (...) Reforçar a cooperação no eixo da educação ambiental, tornando-a mais efetiva e inclusiva, apoiando os Congressos de Língua Portuguesa para a Educação Ambiental e sustentando uma participação regular dos Pontos Focais de Ambiente nos mesmos, para a definição de prioridades para a elaboração e implementação de uma Estratégia de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa (...).

Constituiu-se, assim, um Grupo de Trabalho de Educação Ambiental na CPLP (GTEA-CPLP) composto por representantes governamentais, peritos da academia e técnicos da sociedade civil dos Estados-Membros e Galiza, com objetivo de identificar princípios, e construir recomendações e diretrizes para apoiar os diversos países no ciclo de suas respetivas políticas públicas de EA.

Desta forma, sob a coordenação da *RedeLuso*, e por meio de um processo participativo, o GTEA-CPLP elaborou um documento intitulado de "Linhas Orientadoras para o apoio à Elaboração, Implementação, Avaliação e Revisão de Estratégias Nacionais de Educação Ambiental" visando responder aos desafios da crise climática e socioambiental global (*RedeLuso*, 2023).

O presente artigo aborda, assim, o processo político empírico articulado em rede para incidir nas políticas públicas de EA dos países e comunidades lusófonas. O processo desenvolvido orienta para uma ação política que responda aos desafios que surgem do quadro de emergência climática e de crise socioambiental, incentivando a participação cidadã e a colaboração entre diferentes países para o reconhecimento, a construção e a



adoção de opções políticas que sustentem e promovam a melhoria das condições em cada país.

1. Desenvolvimento do processo

O processo de construção do documento contendo as linhas orientadoras para a construção, implementação, avaliação e revisão de Estratégias Nacionais de Educação Ambiental (ENEA) na CPLP iniciou-se com a constituição do já citado GTEA-CPLP, constituído por 74 pessoas de 10 países, de 4 continentes, e desenrolou-se ao longo de catorze meses (de janeiro de 2022 a abril de 2023). A elaboração do documento foi precedida de um levantamento das estratégias e políticas de EA já elaboradas e implementadas em cada um dos países, bem como de políticas e programas relacionados relevantes, para depois se avançar com a apresentação das linhas orientadoras e a discussão sobre o seu conteúdo.

1.1. Estado de referência nos Estados-Membros da CPLP

O levantamento do estado da arte político-institucional da EA nos diversos Estados-Membros da CPLP foi realizado através de inquéritos por questionário dirigidos a atores envolvidos nas políticas públicas de EA. As treze questões que o compõem incluem, entre outros, tópicos relacionados com a existência e o estado de ENEA nos diversos países; a existência de sistemas de indicadores que orientem as políticas públicas em EA; os principais documentos orientadores das políticas públicas de EA; os principais organismos/instituições governamentais e não governamentais envolvidos nas políticas públicas de EA; os compromissos políticos em relação a políticas públicas de EA e principais dificuldades na sua implementação; os ODS (Agenda 2030) prioritários para orientações de eixos temáticos da ENEA.

Da análise dos questionários, constata-se que o estado de referência das políticas públicas de EA é bastante distinto nos diversos Estados-Membros, desde países que ainda não têm previsto a formulação de uma política nacional de EA (Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor Leste), até países que já realizam processos de implementação, avaliação ou revisão de ENEA (Brasil, Portugal), passando por países que se encontram atualmente na fase de construção da agenda e formulação da política, ou de elaboração das suas estratégias (Angola, Cabo Verde, e Moçambique). Não se obtiveram correspondentes na Guiné Equatorial.

Apenas Portugal possui, desde 2017, uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental (APA, 2017), sendo que o Brasil possui, desde 1994, um Programa Nacional de Educação Ambiental, o qual foi modificado em 1999 (RFB, 2003). Das respostas obtidas pelos inquiridos, não resulta claro o motivo para os restantes países se encontrarem em estados mais incipientes em termos de instrumentos políticos relacionados com EA, para além de algumas questões circunstanciais.



Assim mesmo, este trabalho prévio foi fundamental para o restante processo, pois, ao gerar um entendimento global das políticas de EA na CPLP permitiu lançar bases para um trabalho plural e devidamente contextualizado de construção de linhas orientadoras que possam ser úteis a todos os Estados-Membros.

1.2. Construção do documento contendo as linhas orientadoras

O primeiro rascunho do documento contendo as linhas orientadoras para o apoio à Elaboração, Implementação, Avaliação e Revisão de Estratégias Nacionais de Educação Ambiental resultou de diversos debates e foi organizado em sete linhas orientadoras (LO), a saber:

- LO1 - Princípios para a elaboração das Estratégias Nacionais de Educação Ambiental;
- LO2 - Quadro institucional dos compromissos políticos de Educação Ambiental;
- LO3 - Conhecer e Envolver: caminho para uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental;
- LO4 - Educação Ambiental em tempos de crise;
- LO5 - Os agentes e promotores da Educação Ambiental;
- LO6 - Cooperação Internacional em Educação Ambiental: o espaço CPLP;
- LO7 - Modelos de participação, gestão e financiamento.

As LO têm como objetivos gerais: i) contribuir na melhoria do arcabouço institucional e regulador das políticas de educação ambiental em direção às sociedades ambientalmente responsáveis e socialmente justas; ii) fortalecer a participação da diversidade de atores no ciclo das políticas públicas; iii) orientar compromissos estratégicos e colaborativos que visem a sistematização e o fortalecimento da EA na CPLP.

As LO apontam os princípios universais assumidos pela CPLP, sem deixar de atender às idiossincrasias e aos contextos únicos de cada país e declaram a necessidade de uma robustez político-institucional para assegurar os compromissos estabelecidos pelos arranjos institucionais e instrumentos das políticas públicas de EA. É destacada a importância da criação de um sistema de monitorização e avaliação, com base em indicadores de desempenho, resultados e impactos das políticas de EA como forma de aprimorá-las permanentemente, mas, também para comprovar que essas políticas representam um dos caminhos prioritários para a resolução de problemas socioambientais. Salienta-se, ainda, que o documento evidencia que a EA se caracteriza como um elo de fortalecimento da cooperação e união entre os países, agregando os diversos segmentos sociais, reconhecendo a CPLP como um espaço privilegiado de apoio e intercâmbio entre os Estados-Membros.



Uma vez estabelecidas as sete linhas orientadoras, definiram-se grupos que trabalharam na construção da proposta de cada uma delas. As propostas foram posteriormente apresentadas, debatidas, aprimoradas e aprovadas em reuniões plenárias.

Após a construção da primeira versão integral, o documento foi revisto por um painel de peritos em EA de vários países da CPLP e Galiza e, na sequência dessa revisão, foi realizada uma apresentação pública e um debate alargado, de modo a dar conhecimento da proposta à comunidade lusófona. Esta fase final permitiu ampliar a participação, trazer novos contributos e chegar à versão atual do documento.

2. Resultados e perspetivas

O processo democrático, colaborativo e participativo que resultou no documento das LO é, por si só, um resultado positivo e abre caminho para futuras colaborações semelhantes. Saliente-se, ainda, a singularidade do processo pelas diversidades de visões que acolheu.

Importa referir que o documento resultante não é fechado e pretende ser a um tempo uma referência e um estímulo para os atores políticos em EA na CPLP desenvolverem o seu trabalho. Por esse motivo, foi apresentado na IX Reunião Ordinária dos Ministros do Ambiente da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), realizada em Lubango, Angola, a 28 de Abril de 2023.

Na Declaração de Lubango, documento final do encontro (CPLP, 2023) pode encontrar-se o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, que abre caminho para o reforço das políticas de EA na CPLP:

(...) Reforçando a importância da Educação Ambiental na construção de sociedades ambientalmente responsáveis e socialmente justas, através da promoção de uma cidadania ativa e participativa que contribua para a melhoria dos processos de tomada de decisão com impacto na qualidade de vida das comunidades e do ambiente, e saudando a realização, em Maputo, de 4 a 7 de Julho, do VII Congresso Internacional de Educação Ambiental da CPLP; (...) Reconhecendo e agradecendo o contributo prestado por várias entidades parceiras da CPLP, nomeadamente a REDELUSO (...) Decidem: (...) Tornar mais efetiva a cooperação entre os Estados-Membros no que se refere a capacidades nacionais para o desenvolvimento de estratégias nacionais (...) E (...) Acolher, com apreço, o documento técnico "Linhas Orientadoras para a elaboração e implementação de Estratégias Nacionais de Educação Ambiental na CPLP", preparado pelo Grupo de Trabalho multiactores dinamizado pela REDELUSO; (...) Incentivar o desenvolvimento de políticas públicas que reforcem a elaboração, implementação e/ou prorrogação de Estratégias Nacionais de Educação



Ambiental e a participação, dos pontos focais da educação ambiental da CPLP, nos Congressos Internacionais de Educação Ambiental da CPLP (...).

Cumprido o propósito inicial do documento, é importante reforçar a divulgação do mesmo. Neste sentido, aproveitando o mediatismo proporcionado pelo VII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza, realizado em Maputo, Moçambique, de 4 a 7 de julho de 2023, os autores do presente artigo dinamizaram uma Oficina intitulada "Espaço de partilha para a construção e implementação de Estratégias Nacionais de Educação Ambiental na CPLP".

No decorrer da mesma, divulgou-se a metodologia e os resultados obtidos até então e promoveu-se o diálogo entre diferentes pessoas, países e comunidades, numa contribuição para a melhoria dos vínculos entre entidades nacionais e internacionais que atuam no campo da Educação Ambiental. Saliu-se, igualmente, a necessidade de construir estratégias de curto e de médio prazo, de forma a elaborar propostas de divulgação e de formação capazes de promover novas ações em cada um dos países, bem como apoiar a continuidade das ações já implementadas.

Finalmente, parece seguro afirmar que a dinâmica proporcionada por este processo não resultou apenas num fortalecimento da Educação Ambiental no seio da CPLP, mas também abriu novas perspectivas de desenvolvimento das políticas públicas de Educação Ambiental no mundo lusófono, doravante apoiadas por um instrumento orientador supranacional. Tal instrumento parece já estar a contribuir para alavancar estas políticas, como se pode constatar pela notícia avançada pelo Ministério da Terra e Ambiente de Moçambique, na sequência do VII Congresso Internacional de Educação Ambiental, o qual anunciou que o país já se encontra a desenvolver a sua primeira Estratégia Nacional de Educação Ambiental.

Referências

APA- Agência Portuguesa do Ambiente (2017). *Estratégia Nacional de Educação Ambiental*. https://enea.apambiente.pt/sites/default/files/documentos/AF_Relatorio%20ENE%202020_A4%20102017%20elctronico.pdf

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa. (26 de novembro de 2020). *Reforçar a Cooperação para reduzir a perda da biodiversidade e enfrentar as alterações climáticas. VIII Reunião dos Ministros do Ambiente da CPLP*. <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=8994&M=NewsV2&PID=10872>.

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa (28 de abril de 2023). *Emergência Ambiental no Contexto Actual de Múltiplas Crises. IX Reunião dos Ministros do Ambiente da CPLP*. Lugango, Angola.

European Commission, D.-G. f. (2022). *Proposal for a COUNCIL RECOMMENDATION on learning for environmental sustainability*. 2022/0004/NLE.



RedeLuso - Rede Lusófona de Educação Ambiental. (2021). *Carta de Mindelo*. novembro de 2021, Cabo Verde: VI Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Línguas Portuguesas.

RedeLuso - Rede Lusófona de Educação Ambiental. (2023). *Linhas Orientadoras para o Apoio à Elaboração, Implementação, Avaliação e Revisão de Estratégias Nacionais de Educação Ambiental nos Estados-Membros da CPLP*.

RFB - República Federativa do Brasil. (2003). Programa Nacional de Educação Ambiental. <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea.pdf>

United Nations. (2015). *Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development*.

<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>

How to cite this note

Raymundo, Maria Henriqueta, Martins, Pedro, Diniz, Joana & Justino, Clara (2024). Análise da Construção das Linhas Orientadoras para Estratégias Nacionais de Educação Ambiental nos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL15 N1, TD1 – Dossiê temático – “Rede Lusófona de Educação Ambiental: perspectivas de cooperação para construir respostas sociais a uma crise socioambiental global”. Setembro de 2024. DOI <https://doi.org/10.26619/1647-7251.DT0224.02>.

